



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Rosana Corga Fernandes Durão, não tendo a mesma sido substituída, Dora Maria Portela do Olival, tendo a mesma sido substituída por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira -----

O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Nuno Tiago Sousa Trindade.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, André Teixeira Correia.-----

Faltou sem ter apresentado justificação de falta:-----

a Deputada Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, não tendo a mesma sido substituída.-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente que não iria participar na reunião.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de 1.ª Secretária, foi solicitada a colaboração da Senhora Deputada Maria José Botelho da Palma Bento Vasques.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----Ordem de Trabalhos:-----

Aditamento à Convocatória:-----

6- Período da Ordem do Dia;-----

d)- Proposta 58/2020- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, no valor de 113.115,40€ (*cento e treze mil, cento e quinze euros e quarenta cêntimos*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1780-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 59/2020- Deliberação relativa à Aprovação da 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano 2020, no valor de 350.000,00€ (*trezentos e cinquenta mil euros*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1768-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 60/2020- Deliberação relativa à Proposta de Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06- Quinta do Lago (Almancil), Regulamento n.º 300/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 91, de 11 de Maio de 2011; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1765-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 61/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1785-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

i)- Informação relativa à 1ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZNQ), tomar conhecimento da Ata e Pareceres da Conferência Procedimental e da Ata da Reunião de Concertação com a CCDR Algarve- Abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

n.º1 do artigo 119.º, conjugado com o n.º3 do artigo 86.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1676-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Informação relativa ao Programa de Ação para a Gestão da Crise Social e Económica do Município de Loulé- Novas Medidas de Apoio ao Comércio Local e Associativismo (PAGCSE); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1763-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos.-----

d)- Proposta 58/2020- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, no valor de 113.115,40€ (*cento e treze mil, cento e quinze euros e quarenta cêntimos*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1780-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Nuno Trindade (PS), para realçar a importância desta segunda alteração ao contrato interadministrativo das delegações de competências, neste caso, para realçar que estas 2 obras implicam a aplicação destes valores. Isto trata-se das obras de remodelação da antiga Escola Primária em frente à Igreja Paroquial da Freguesia, trata-se de um edifício quase centenário em que as últimas obras estruturais foram há cerca de 45 anos. Este edifício neste momento está entregue uma parte ao Corpo Nacional de Escutas e 2 salas estão sob a gestão da Junta de Freguesia. É necessário fazer obras porque tem infiltrações, o chão está levantado, a parte elétrica não está em condições, é muito importante e são obras cruciais e com urgência. A segunda obra que está afeta a este valor é a construção de casas-de-banho na Escola Jardim de Infância em Vale Silves, porque neste momento no edifício principal não existem casas-de-banho. As crianças têm que atravessar um pátio, se estiver a chover à chuva, para se deslocarem às casas-de-banho e isto será também construção de casas-de-banho para as crianças. Era isto que eu queria salientar pela grande importância e o facto de terem sido incluídas nas obras de prioridade municipal.-----

Passou-se à votação;-----

d)- Proposta 58/2020- Deliberação relativa à Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, no valor de 113.115,40€ (*cento e treze mil, cento e quinze euros e quarenta cêntimos*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1780-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade -----

Passou-se à alínea seguinte;-----

e)- Proposta 59/2020- Deliberação relativa à Aprovação da 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano 2020, no valor de 350.000,00€ (*trezentos e cinquenta mil euros*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1768-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pedi para intervir o Senhor Deputado Telmo Pinto (PS), referindo que aqui é o início da nossa transferência de competências na forma de delegação de competências neste primeiro ano e é uma antecipação à verba que vem no documento que vamos aprovar a seguir para começarmos a ter capacidade financeira, também, para cabimentos e compromissos na contratação já de equipamentos porque queremos com esta transferência de competências na sua totalidade para ser executada a 100% poderá demorar um ou dois anos na compra de equipamentos, na formação de equipas e de recursos humanos, mas aqui isto dá-nos capacidade para ter condição orçamental para poder já começar no início do ano, e era para ter começado antes, fazer cabimentos e haver contratação. --

Pedi para intervir o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), começando por desejar a todos vós por parte do Partido Social Democrata votos de um excelente ano de 2021 e que consigamos ultrapassar rapidamente todo este período de dificuldade que temos passado ao longo deste ano. Relativamente à proposta 59/2020, a minha questão prende-se a uma questão mais formal, é a quarta alteração ao contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Quarteira, no valor de 350.000,00€ e os fundamentos são e eu passo a ler a proposta: "a proposta é referente ao apoio há criação de estrutura para a receção de transferência de competências no valor de 350.000,00€." A minha questão é, se este é um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Quarteira, se é para entrar em vigor em 2021 porque razão é que a um dia do final do ano, sendo que existe o princípio da anualidade e o princípio orçamental que é todas as verbas existentes têm que ser utilizadas durante um ano, porque é que a um dia do final do ano se vai transferir a verba, sem obviamente opor-me à transferência da verba, no último dia do ano se vai transferir 350.000,00€ para



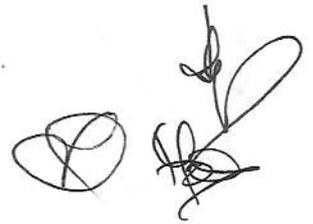
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a Junta de Freguesia, sendo que não vai gastá-los certamente num dia? Era mais sensato, se calhar, fazer esta transferência e de acordo com aquilo que disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, se é para a compra de equipamentos, se é para a formação de equipas faz todo o sentido que essa transferência fosse no próximo ano. Não se compreende, por isso gostaria que o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vice-Presidente possa explicar qual a razão e o fundamento que justifica a transferência desta verba no último dia do ano económico. Por outro lado, também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, se na realidade existem mais contratos com outras Freguesias porque de facto só vejo a Freguesia de Quarteira e de Boliqueime, porque haveria outras Freguesias que igualmente estariam e neste momento.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo que o que queria afirmar era no sentido do que disse o Senhor Deputado Mário Botelho disse, por isso não tem nada a acrescentar. Apresentar o meu "espanto", porque julgo saber o que se passa e porque é que isto é feito desta maneira de conceder uma transferência de 350.000,00€ a um dia do fim do ano, que não vai ser gasto até ao dia 31, julgo eu. Isto é um ponto e uma afirmação que eu queria aqui deixar, sei que vai ser feita, não há nada a fazer da nossa parte, nem o impedir, nem seria o nosso desejo, apenas a oportunidade, julgo que é um oportunismo exercer esta transferência tão perto do fim do ano.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para dizer que não pondo em causa esta delegação de transferência e outras para as Juntas de Freguesias, no entanto, julgo que não havia a necessidade de aprovar esta proposta, tendo em consideração à proposta que vamos aprovar mais adiante do acordo de transferência de recursos para a Junta de Freguesia de Quarteira. É que neste contrato está explícito que realmente o faseamento dos dinheiros que a Câmara se compromete a transferir ao longo do ano para satisfazer este contrato de transferência de serviços. Esta decisão julgo que realmente, parece-me a mim, é um bocado descabido, tanto mais que este ano não tem qualquer razão fazer-se esta transferência de verba no final do ano e tanto mais que no contrato que vamos aprovar a seguir, embora faça referência que uma tranche de dinheiro tenha que ser entregue, devia de ser entregue até ao final do ano, julgo que não vejo razão para isso.-----

Para responder às questões foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para esclarecer a razão desta transferência que é absolutamente natural e talvez possam compreendê-la depois do que vou dizer. Efetivamente, a transferência de competências torna-se efetiva a partir do ano de 2022. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

durante todo o próximo ano de 2021, a Junta de Freguesia de Quarteira vai receber os meios financeiros para se preparar para montar a sua estrutura humana e técnica para que se possa preparar para executar as competências que vão ser transferidas. É que como eu disse legalmente elas serão executadas a partir de 2022. Portanto, este dinheiro permite à Junta de Freguesia de Quarteira a partir já do início do próximo ano desencadear os primeiros procedimentos para contratar serviços, para adquirir bens, aquilo que a Junta entender no uso do seu direito de acordo com este pacote de transferências que hoje vamos aqui decidir.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, desejando um Feliz Ano Novo e que no próximo ano possamos confrontar-nos politicamente com saúde e a boa disposição do costume com o respeito pela democraticidade. Em respeito à questão concreta, o que me preocupa muito nesta matéria no uso dos recursos, sendo eles poucos para tantas necessidades, é essencialmente o uso eleitoralista dos meios disponíveis. E o que me parece preocupar aqui, daquilo que eu pude apreciar, eu espero estar errado naturalmente, é que estes valores a atribuir às Juntas de Freguesia, nomeadamente, no caso da Junta de Freguesia de Quarteira, sendo além desta, outros valores muito significativos, com os quais eu concordo em termos de transferência de competências, sendo que as Juntas de Freguesia fazem melhor trabalho do que a Câmara junto das suas populações. Sendo que essa matéria é essencialmente fundamental, sendo que deve dirigir maioritariamente para investimento. No caso concreto, o que me parece é essencialmente para aumentar a despesa corrente e quanto a mim mais preocupante acumular mais dinheiro dirigido aos empregos. Portanto, isto é, além da subida abrupta, digo eu, que este Executivo Municipal promoveu em relação aos salários, portanto, a parcela de orçamento para os salários, agora as Juntas de Freguesia acumulam também elas, não bastando as empresas municipais, sendo que a fatia orçamental dirigida a salários é algo extremamente alto e que nos pode e deve preocupar sobejamente, sendo que ele vai faltar no investimento. Portanto a minha questão é só esta, que seja dirigido essencialmente ao investimento e não a mais empregos.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, referindo que isto é passar uma imagem completamente distorcida daquilo que está a acontecer. Que nós pusemos em causa que quando tivemos a intenção desta transferência dos 350.000,00€ vindos da Câmara que fosse para adiantarmos procedimentos durante este mês de dezembro que era o que estava em cima da mesa e que depois a Assembleia Municipal pudesse escorregar até ao fim, existe algum sentido quando se diz "eh pá, é muito em cima agora", mas nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

queremos começar a contratar no princípio do ano sejam serviços, sejam equipamentos, sejam investimentos. Agora ouvir de que é uma atitude populista ou eleitoralista, isto não faz completamente sentido, isto é, estarmos a falar do que não sabemos do que estamos a falar. Nós temos na Lei contemplada a transferência de competências, é necessário recursos humanos? E, nós temos isso no orçamento, temos neste momento 21 funcionários na Junta de Freguesia, pois temos 2 em situação de mobilidade, e vamos precisar de mais 40 ou 50? Vamos precisar. Nós temos limpezas urbanas que são serviços, são serviços, nós temos espaços verdes que são serviços, são serviços, mas a transferência de competências está contemplada na Lei. E estarmos a dizer que é eleitoralista, que estamos a abusar dos dinheiros públicos, nós estamos a servir as pessoas, a melhorar os serviços que não foram pensados no passado, isto é uma conversa completamente que não tem conhecimento do que se passa na Função Pública. Isto há investimento aqui colocado. E eu ia deixar esta conversa para mais à frente, mas reparem uma coisa, quando falamos no trabalho que é feito de equipa, isto já devia ter sido feito no passado. As freguesias têm que ser utilizadas na gestão pública porque cada vez mais o condicionamento legal dos tempos demorados para fazer projetos, porque é fácil chegar a aqui e dizer que as coisas não acontecem por incapacidade e é mentira porque qualquer coisa que se faz na Função Pública é preciso muito tempo. Conseguirmos trabalhar com os Presidentes de Junta, com autarquias locais, que fazem parte deste concelho, que vão servindo melhor os nossos munícipes, que vão fazer com que projetos como este em Boliqueime, projetos como o edifício que foi o primeiro concurso público em Quarteira, foi a entrada de Quarteira, aquele projeto que era a Câmara para fazer e que as Juntas começam a sobrepor-se e a trabalhar aqui, complementando aquilo que é possível fazer, estarmos a dizer que isto é aproveitamento? Isto é falta de conhecimento. Os 350.000,00€ é para dar oportunidade para a Junta de Freguesia começar a comprar varredoras, glutões, camiões para a recolha de monos, equipamentos de lavagem, tudo aquilo que é uma panóplia de situações e de equipamentos que é investimento, mas é investimento para a Junta de Freguesia e é isso que conta para as competências. Isso é desvalorizar o trabalho que aqui foi feito, não faz sentido falarmos do que não sabemos às vezes sem perguntarmos, isto é uma acusação má para quem gere os dinheiros públicos porque não estamos aqui a brincar, é melhorar os serviços das pessoas e melhorar os serviços das pessoas também é investimento, não é de capital, mas também é investimento. Portanto, este dinheiro é verdade que podia ter sido mais cedo e esse tinha sido o objetivo se a Assembleia fosse a meio do mês e nós queríamos fazer contratação de equipamentos antes porque queremos dar resposta já em janeiro. Agora estar a dizer que estamos a gastar mal dinheiros públicos, isso é uma ofensa. Não é isso que se trata, é tentar antecipar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e até porque a transferência de competências vai ser consolidada em 2022 porque neste momento no Orçamento de Estado não há possibilidade dos dinheiros serem transferidos pela DGAL e a Câmara com a Junta neste acordo achou uma forma através de contratos interadministrativos de no primeiro ano haver já a transferência de verbas para podermos começar a montar equipas. Isto demora tempo, a contratação de recursos humanos demora no mínimo 8 meses, no mínimo a trabalhar bem, a compra de equipamentos também. Portanto, isto é um trabalho que está a ser feito em investimento, também serviços, mas que são um investimento nas pessoas e investimento também na construção de edifícios que muitas vezes é difícil através dos técnicos da Câmara por causa dos constrangimentos legais, mas que nós conseguimos a trabalhar aqui em equipa, a Junta de Freguesia de Boliqueime está a fazer e em Alte também já houve transferência nesse sentido e em Quarteira também. É importante que exista este complemento de trabalho no futuro.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a explicação do Senhor Presidente da Câmara acabou por não responder a uma das perguntas. Uma foi um pouco mais evasiva, porque os fundamentos da aplicação das verbas, creio que não são assim muito concretos, são muito redundantes. Não respondeu se havia outros contratos interadministrativos com outras Juntas de Freguesias. E quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia creio que, provavelmente, deve ter-se equivocado, não fui eu, mas o meu colega do Partido Social Democrata, não está contra as verbas para as Juntas de Freguesia, nós queremos esclarecer qual a razão da oportunidade deste último dia, sendo que a regra da anualidade das despesas e as receitas sejam durante um ano económico, esta é feita no último dia do ano, sendo que os argumentos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia nos apresentou que é começar a adquirir equipamentos, começar a recrutar pessoal, qual é a razão, porque é que não se pode começar a recrutar pessoal a partir do dia 1 de janeiro? Porque é que não se pode comprar material a partir do dia 1 de janeiro? Porque é que tem que ser no dia 31 de dezembro do ano anterior? Só isto é que não compreendemos, mas não estamos nada contra, pelo contrário, sem prejuízo do mérito da proposta e acreditamos que o princípio da subservidade serve mais perto os eleitores a sua decisão, deve ser aplicada, as freguesias são elas próprias consequência desse princípio. Não estamos contra a proposta, só gostávamos que nos esclarecesse com fundamentos lógicos porque razão é que se faz no último dia do ano uma transferência sendo que a aplicação desse dinheiro é sempre no ano seguinte.----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo que a questão já foi posta pelo colega, mas queria reafirmar que de facto a data é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estranha, é no mínimo estranha. E queria também perguntar porque é que se demora 8 meses para recrutar pessoal? É assim tão complicado? Há burocracia a mais? Só se for por burocracia a mais e então está aqui o elemento mais à frente da linha a combater a burocracia porque a burocracia como todos nós sabemos serve para muita coisa. Acho muito estranho 8 meses para começar a recrutar pessoas.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que nós somos favoráveis às transferências de competências para as Juntas de Freguesia e o PSD no passado mostrou-o de forma convincente. Ou seja, foi verdadeiramente um distribuidor de competências ativo, fê-lo com convicção. As Juntas de Freguesia fazem mais trabalho com menos dinheiro. O que na verdade nos preocupa é o aumento da despesa corrente e o aumento de despesa dirigida aos salários, essa é que é a nossa preocupação maior, porque esse dinheiro faltará para investimento e os Senhores têm um orçamento extremamente eleitoralista e é essa a questão que nos preocupa mais, ou seja, o dinheiro que vocês dirigem para o eleitoralismo, para pagar votos, e depois faltará para o investimento para melhorar as condições de vida das pessoas. Segunda questão, diz o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que é difícil trabalhar com os técnicos da Câmara e nós temos a dizer "meus amigos, entendam-se, trabalhem melhor, os técnicos da Câmara trabalhem melhor com os da Junta de Freguesia", não vamos é agora atirar milhões para cima desse problema, que é um problema efetivamente e recrutar mais pessoas porque os técnicos da Câmara não se entendem com os da Junta de Freguesia, é isso é que não podemos concordar. E compreendemos que a Junta de Freguesia pode fazer mais e melhor com menos recursos, não queremos é isto, aumento da despesa corrente. Somos favoráveis à melhoria e ao aumento das competências das Junta de Freguesia.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, referindo que não foi isso que disse, o que disse foi que devido aos procedimentos e à burocracia, sim, à burocracia que existe na Função Pública, é o trabalho em equipa que aqui se arranjou aqui nos contratos interadministrativos e agora na transferência de competências facilita o trabalho dos técnicos da Câmara e peço desculpa, depois posso ouvir a gravação se não me fiz compreender, há um trabalho de equipa que foi iniciado aqui, que continua, importante, e que os Presidentes das Juntas terem capacidade para fazer projetos para os seus municípios, para os seus fregueses, aliviando os técnicos da Câmara é o trabalho perfeito em equipa de futuro. As Câmaras e as Juntas trabalhem juntas em sintonia e em rede, ganhamos com os contratos interadministrativos e com a transferência de competências agora que se abriu

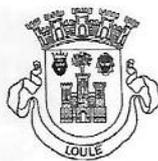
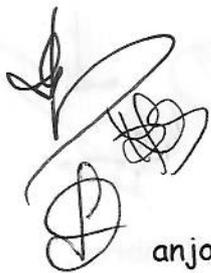


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma porta única, das poucas que há no país, a esta dimensão. Para lembrar, Senhor Deputado João da Conceição, que as primeiras grandes transferências de competências através dos contratos-programa foram feitos por Joaquim Vairinhos há 20 e poucos anos atrás, Loulé foi inovador, andou à frente e agora está também naquilo que é os municípios que andam à frente na transferência de competências.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que é só para deixar uma nota que fica aqui registado que não houve nenhuma resposta por parte deste Executivo porque não tem resposta, não tem resposta de porque razão não existe mais nenhum contrato interadministrativo com mais nenhuma Freguesia. Esta é a verdade, há claramente um afastamento deste Executivo relativamente às freguesias do interior. Esta é uma questão. E a outra questão também não foi respondida, porque razão é que foi transferida 350.000,00€ no último dia? Posso dizer, porque provavelmente haverá um buraco financeiro especialmente na Junta de Freguesia de Quarteira e esta razão tem que ser dita. Se o Senhor Presidente da Câmara não consegue responder, eu digo, e se estiver enganado volto a redimir-me por aquilo que disse, mas provavelmente em Quarteira terá extravasado um pouco o limite do valor económico que tinha e tem um buraco financeiro que se acumulou ao longo do ano.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que acha é confrangedor este tipo de debate que nós estamos a ter. Há uma situação que é a seguinte, não se entende esta discussão na medida em que o ponto seguinte que vamos discutir que é exatamente o ponto de acordo de transferências do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira contempla já também esta verba e neste acordo de transferência que está aqui e que iremos debater não há dúvida que está claramente expresso qual é o fim deste montante, aliás, isto insere-se exatamente na verba do acordo de transferência para o ano de 2021. Aliás, relativamente a ser investimento ou ser meramente recursos humanos, também aquilo que é consagrado na transferência claramente identifica o que é que vai acontecer com esses montantes, quais são efetivamente as transferências que são efetuadas e efetivamente há bastante investimento na medida em que existe concretamente a realização de pequenas reparações de equipamentos de pré-escolar, 1.º Ciclo, etc., a manutenção e operações de substituição de mobiliário urbano. Portanto, estamos a ter aqui uma discussão que se pretende adulterar totalmente na perspetiva de no fundo não querer entender e examinar qual é o objetivo destes 350.000,00€ que está contemplado nos 2.500.000,00€. Portanto, andamos a perder tempo, aqui a discutir o sexo dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

anhos, a discutir política, a fazer no fundo aquilo que é política barata.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que concorda com o Deputado Calçada Correia, esta discussão não faz muito sentido, mas já agora deixem-me esclarecer muito rapidamente a oposição, já que parece que tem pouca experiência nestas coisas, pelo menos de Juntas de Freguesia e trabalho autárquico, é que, se este contrato e esta verba não for aprovada agora, obviamente que não pode ser utilizada em janeiro, porque tem que ser aprovado por este órgão e pela Assembleia da Freguesia. E quando é que será a próxima Assembleia Municipal? Não será com certeza no início de janeiro, nem no final de janeiro. Portanto, só quando esta Assembleia aprovar esse contrato é que pode ser transferida a verba e a Junta de Freguesia pode fazê-lo, portanto, se for aprovada agora pode utilizar em janeiro, senão provavelmente será em abril. E há contratos administrativos que os Senhores aprovaram na anterior Assembleia com a Junta de Freguesia de Alte e com a Junta de Freguesia de Boliquireme.-----

Passou-se à votação;-----

e)- **Proposta 59/2020- Deliberação relativa à aprovação da quarta alteração ao contrato interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da delegação de competências para o ano 2020 no valor de 350.000,00€ [proposta municipal n.º 1768/2020]:** foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se à alínea seguinte;-----

f)- **Proposta 60/2020- Deliberação relativa à Proposta de Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06- Quinta do Lago (Almancil), Regulamento n.º 300/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 91, de 11 de Maio de 2011; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1765-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para informar que se considera impedido de participar na discussão e na votação da alínea f).-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que esta proposta visa essencialmente criar mais 2 unidades de estacionamento pagas. Não vem nenhuma proposta da Câmara juntamente com o documento, a proposta que vem é uma proposta da Loulé Global e deveria realmente constar o documento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da Câmara, da proposta camarária que foi submetida à Sessão de Câmara. Portanto, o problema do acesso às praias está altamente condicionado pelos cidadãos uma vez que cada vez mais é alargado a zona de estacionamento pago, não restando alternativas às pessoas poderem ir à praia de outra forma se não ter que pagar. Esta proposta correspondente à zona 606 define aqui 2 áreas, uma apresenta realmente o mapeamento da zona que vai ser sujeita a estas medidas. No caso da Buganvília Plaza não há aqui nenhuma planta que nos informe onde fica nem onde é, se tem estacionamento pago e se também tem estacionamento gratuito. Na Avenida do Ancão, portanto, é aquele novo parque de estacionamento que foi criado no âmbito do Polis naquela zona e que agora a Câmara pretende no período de 1 de junho a 30 de setembro aplicar a taxa A+, que eu não sei qual é o valor, mas acho que é a taxa máxima. Na zona do Ancão estão previstos 266 lugares pagos e mais 159 gratuitos, conforme o mapa. Portanto, aqui realmente foi criada uma bolsa de estacionamento alternativos que é de registar. Quanto à Buganvília Plaza, gostaríamos de saber quantos lugares são pagos e quantos são gratuitos.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que a proposta tem um documento assinado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara que faz um enquadramento da proposta de regulamento, referindo que este regulamento vem revogar e substituir o regulamento anterior, o regulamento do parque de estacionamento Quinta do Lago, regulamento 300/2011 publicado em Diário da República, II série. Esta proposta é feita ao abrigo de um regulamento geral que está aprovado. Penso que o ficheiro que eu recebi foi distribuído por todos os Senhores Deputados e consta um documento de 2 páginas assinadas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.-----

Respondeu o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o que tem é a folha de rosto da aprovação do sistema Smart Gov, tem 2 folhas, depois a seguir tem uma folha com a bolsa de estacionamento, proposta de criação na Quinta do Lago, Ancão, e depois vem a proposta da Loulé Global e não vem nenhum documento da Câmara, o documento que é o PDF que foi enviado.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que será clarificado um pouco mais à frente, porque há um documento da Câmara Municipal de Loulé que é titulado pela Direção-Geral da Administração, Planeamento e Modernização Administrativa, que é um documento de duas páginas assinado pelo Senhor Vice-Presidente e que consta na descrição do Smart Gov, como um ficheiro anexo que é a proposta. Eu irei chegar ao Senhor Deputado para que possa ver.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

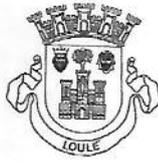
Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referindo que essa proposta foi assinada digitalmente por mim e também lida e estudada. Foi discutida em Reunião de Câmara e, portanto, depois seguiu para a Assembleia Municipal. De referir ao Senhor Deputado Carlos Martins e a toda a Assembleia e a quem nos ouve, as respostas às várias questões colocadas estão na própria proposta. No que se refere ao número de lugares pagos e ao número de lugares gratuitos, elas próprias estão na proposta, escuso de dizer o seu número, sendo que são 3 bolsas de estacionamento na Praia do Ancão derivado da obra Polis do qual 2 delas são pagas e 1 delas é gratuita. Como o Senhor Presidente da Assembleia referiu é de facto uma revogação do regulamento, ou melhor dizendo, uma revisão do regulamento, ou seja, aquilo que estava previsto na Buganvília continua, mas em sistema de parquímetro e não de parque de estacionamento e é incluído esta proposta da Praia do Ancão derivado das obras da Polis porque também se considerou juntamente com os empresários do setor aí presentes e também com os residentes também à volta da infraestrutura, considerou-se que do ponto de vista de ordenamento, do controlo de acessos e daquilo que consideramos o que deve ser as boas condições de segurança e as boas considerações de acessibilidade do parque de estacionamento, considerou-se introduzir esta revisão do regulamento e por assim dizer ordenar o estacionamento como temos feito em algumas partes de procura extrema como é o caso. É esta a proposta que trazemos neste momento à Assembleia Municipal e esperamos que os Senhores Deputados a aprovem.

Passou-se à votação;

f)- Proposta 60/2020- Deliberação relativa à Proposta de Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06- Quinta do Lago (Almancil), Regulamento n.º 300/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 91, de 11 de Maio de 2011; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1765-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor, 1 abstenção do Deputado Carlos Martins (BE) e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).

Passou-se à alínea seguinte;

g)- Proposta 61/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1785-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);



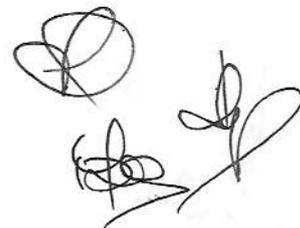
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para a apresentação deste ponto foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que estamos perante uma decisão que iremos todos aqui tomar de extrema importância, uma vez que ela representa mais um passo no aprofundamento da transferência de competências que sucessivamente o Estado democrático português ao longo dos anos, nos já mais de 40 anos do regime democrático vem tomando. Portanto, tem sido um processo gradual com um histórico pontuado por diversos diplomas legais que têm vindo de uma forma crescente ao longo dos anos a transferir competências que vão passando dos níveis de decisão administrativa e política centrais para os municipais e, por último, para as autarquias mais próximas das populações que são, como sabemos, as freguesias. Queria dizer-vos que o Partido Socialista tem sempre estado presente como inspirador, como promotor da iniciativa de todos estes momentos de descentralização administrativa com a competente transferência de competências, sabemos que teve diversos momentos e etapas e que eu iria aqui muito sucintamente fazer um pouco de histórico, muito rapidamente para não ser maçador. Em 1992, também já com um enquadramento legal competente, a primeira experiência de transferência de competências e aqui verdadeiramente a título experimental foi feito com a Junta de Freguesia de Salir e o objetivo foi um bocado testar o mecanismo de transferência de competências e avaliar se havia ou não resultados, eficácia e aumento de interesse público e de bem público. Verificou-se que sim, logo no ano seguinte generalizou-se os contratos-programa com as Juntas de Freguesia que começou com Salir e se estenderam a todas as outras e verbas competentes a essa transferência de competências passaram a ser alocadas para pequenas obras de investimento, a limpeza de valetas e para pequenas reparações das escolas. Em 1999, outro passo é dado e passou-se também a transferir verbas para o apoio à manutenção e à despesa gerada pelas ambulâncias e como sabem têm sede em várias freguesias para transportar doentes em situações de emergência. É importante dizer que houve aqui períodos em que não houve praticamente progressão nesta política de confiança dos níveis mais inferiores da administração autárquica, que foram os períodos de 2002 a 2010, não houve praticamente evolução nos valores transferidos, em 2011, 2012 e 2013 esses valores foram mesmo diminuídos, o que se compreende dada a crise que se abateu no país com reflexos muito evidentes da contração da despesa da Administração Pública. Mas em 2014, aqui para marcar um momento importante, o valor dos contratos-programa para as freguesias totalizavam 1.934.000,00€, grosso modo. Em 2018 esse valor já era de 3.737.000,00€, ou seja, quase que esse valor foi duplicado e foi uma política por nós claramente assumida porque não temos dúvidas nenhuma que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

freguesias estão hoje em dia capacitadas tecnicamente, do ponto de vista dos seus recursos humanos para virem assumindo cada vez mais competências. E o valor aumentou e aquilo que se comprovou é que isso resultou num bem maior para as populações que são governadas pelas instâncias do poder local. Queria dizer-vos ainda que outro passo foi dado com os acordos de execução e com os contratos interadministrativos e agora estamos aqui num momento particularmente importante e aproveito aqui para dizer que este contrato, esta transferência de competências não é feita só com a Junta de Freguesia de Quarteira, naturalmente, é feita com todas, obedecendo a princípios de equidade e todos os princípios que a Lei obriga estão absolutamente a ser vazados nestes contratos de transferência de competências para todas as freguesias. Há as freguesias que querem todas as competências que a Lei prevê, há freguesias que querem menos, dou-vos um exemplo, Quarteira e Alte querem todas as competências que a Lei prevê serem transferidas para elas, outras freguesias querem apenas uma parte, como por exemplo, Almancil, mas há outras também, portanto, há aqui um momento importante que é este que estamos a viver. Queria também dizer-vos para dar uma nota do enquadramento nacional, como é que esta reforma administrativa do Estado português está a ocorrer, dos 258 municípios do continente, porque só eles estão enquadrados por esta Lei de transferência de competências, até à data apenas 69 registaram na Direção-Geral de Autarquias Locais decisões de transferência de competências. Esses 69 municípios que transferiram para 609 freguesias foram feitos estes contratos. Neste caso concreto de Quarteira, que vamos transferir uma verba de 2.500.000,00€ para todas as competências de acordo com a proposta que vos foi distribuída versa um conjunto de competências como gestão e manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a gestão e manutenção corrente de Feiras e Mercados, realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino sobretudo do Ensino Básico, mas também do pré-escolar, a utilização e a ocupação da via pública, o licenciamento e a afixação de publicidade de natureza comercial, autorização para a exploração de máquinas de diversão, a colocação e licenciamento de recintos improvisados e de instalação provisória temporária. Vou concluir dizendo que é um momento histórico pois a Junta de Freguesia de Quarteira é uma Junta de Freguesia que não tem comparação com nenhuma outra, no sentido da sua dimensão, da sua importância sociológica e económica e é uma freguesia liderada por um autarca muito dinâmico e que não receia desafios e, portanto, o desafio neste momento que está colocado é ao mais alto nível porque o que pretendemos é igualizar, uniformizar o tratamento no espaço público com critérios de excelência tal como são praticados quer na Quinta do Lago, em Vale do Lobo e em Vilamoura. A fasquia está colocada muito alta, mas o autarca, Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quarteira, tem a partir de hoje todas as condições previstas na Lei e todas as condições materiais para poder executar com um nível de excelência as suas competências. O que queremos é que todo o litoral do concelho de Loulé, que tem uma importância extraordinária para a qualidade da economia do turismo, não só regional, mas ao nível nacional, que nós possamos ter o nosso espaço público ordenado, limpo, do qual nos possamos orgulhar.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se pudesse esclarecer, de alguns contactos que fez com algumas Juntas de Freguesia no âmbito da transferência de competências, sendo que os princípios vertidos na Lei 75/2013 que o Senhor Presidente da Câmaras enunciou, nomeadamente, no artigo 121 que diz que todas as freguesias têm a igualdade de circunstâncias de negociar, não deve haver discriminação entre as freguesias, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara enunciasse de forma rigorosa quais as freguesias que neste momento estão ou se estão todas ou se não estão algumas, que nos enunciasse quais neste momento a Câmara Municipal tem acordos de cooperação ou que já encetou negociações para fazer esta descentralização administrativa.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que de acordo com a Lei estas transferências deveriam ter sido concretizadas em 2020. Por diversas razões, desinteresse ou dificuldades de algumas freguesias, devido a inércia e abertura por parte da Câmara Municipal o certo é que não se concluiu. Por pressão do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, a situação arrastou-se para final do ano e agora estamos aqui para aprovar à pressa um documento que poderia ter sido digerido com muito mais tempo. Defendemos a descentralização e transferência de competências para as freguesias, para nós a concretização das referidas transferências de recursos do Município para a Freguesia deveria ter um planeamento adequado de forma que o processo pudesse evoluir em simultâneo com todas as freguesias. É certo que Quarteira pela sua dinâmica, população, dimensão, importância e imagem em termos de turismo demonstra grande capacidade de execução e tem grande vontade para aceitar as novas responsabilidades. Segundo o contrato, a transferência de competências deve-se iniciar em 2020, cuja transição será implementada entre dezembro deste ano e dezembro do ano que vem para a criação de uma estrutura para a boa receção das competências. Certamente que este é um marco histórico no processo da transferência de competências para as freguesias, nomeadamente, para a Freguesia de Quarteira, algumas competências já são assumidas, que agora tornam-se a ser reescritas aqui e outras foram acrescentadas novas competências. Para tal a Câmara vai disponibilizar uma verba



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de 2.500.000,00€ em 2022, sendo que 350.000,00€ já aprovamos agora e 1.150.000,00€ vão ser dados em 2021 por diversas tranches. Algumas questões gostaríamos de colocar. Esta verba de 1.885.000,00€ tem cabimento orçamental para 2021? Ou vai ser feita uma revisão orçamental para encaixar esta verba? Quanto aos contratos em vigor com terceiros nestas competências e áreas, existem, quando termina como é que vai ser feito o processo? Este contrato abrange todo o território de Quarteira ou é só a parte que a Inframoura não quer?-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, clarificou que o documento que estão à aprovar foi remetido há 19 dias, a Assembleia tem este documento há 19 dias para os Senhores Deputados analisarem.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que respondeu que o que ele disse é que este processo de transferência deveria ter sido concluído em 2020 e como se arrastou, agora vamos aprovar à pressa, não é porque os serviços da Assembleia não tenham posto de imediato à votação.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, voltou a dizer que como foi referido que nós estamos a aprovar à pressa, não, há 19 dias que este documento está com os Senhores Deputados para ser analisado.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, referindo que o momento hoje faz parte da nossa matriz de gestão autárquica e como diz o ditado popular "mais vale tarde, do que nunca." Efetivamente são matérias que levam tempo, são matérias que têm que ser cuidadas, em relação às transferências de competências tem que ser feito sempre com cautela, tem de ser feito no sentido de se ter sucesso no objetivo. E o nosso sucesso é o trabalho que prestamos aos nossos munícipes, a qualidade de vida que tentamos dar e melhorar no nosso município. Indo diretamente à questão do enquadramento e do que é que é a área territorial deste contrato-programa tem a ver com a área territorial da Freguesia de Quarteira. O que poderá ser feito a mais ou feito a menos, seguramente será um percurso que irá melhorar as condições de vida dos nossos conterrâneos da Freguesia de Quarteira. E é neste contexto que penso que nos devemos focar e que deveríamos terminar este ano no sentido de sermos mais eficazes, sermos mais profícuos no trabalho e não lançarmos dúvidas, não desacreditarmos o nosso trabalho político, o nosso modesto trabalho político, insinuando dúvidas sobre as matérias, estranhando porque é que há verbas que vão para aqui ou para ali e se elas têm suporte legal, insinuando oportunismo nisto ou naquilo, portanto, eu acho que o que está aqui é muito superior. As questões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

são legitimamente colocadas, não digo que não, mas que não devem gerar desconfiança, não devem desvalorizar e suspeitar o trabalho de quem está a trabalhar, nós órgão deliberativo da Assembleia Municipal, e órgão executivo da Câmara Municipal, Presidente da Câmara e Vereadores. Penso que este é um momento importante, desde que haja vontade dos executivos das Juntas, está-se aqui a tentar subestimar este ato, que se vai replicar, seguramente, com o Partido Socialista. Não queria aqui no fim do ano levantar questões do que foi o vosso reinado de 2002 a 2013, não queria levantar esta questão pois temos os números aqui e existem. Este processo é nomeadamente para os Deputados de Quarteira que estão aqui, penso que nos honra naquele território o que será uma experiência interessante do ponto de vista da transferência de competências e seguramente vai garantir evolução e vai replicar-se a outras freguesias. Não estamos a abrir nada de novo, isto começou em 1992.-----
Finalizou dizendo que iria apresentar uma declaração de voto.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para dizer que lhe parece-me que o Senhor Deputado Carlos Costa tem alguma dúvida sobre as competências do órgão a que estamos pertencentes e fomos eleitos. Quando o Senhor diz que "não coloquem em dúvida o trabalho destas pessoas dos executivos das freguesias municipais, não coloquem em dúvida, não levantem questões", eu percebo que para si e para o Senhor Presidente da Câmara a democracia tem os seus custos e é um bocado complicado dar resposta às oposições, eu compreendo isso, eu compreendo que esta ideia da democracia é muito bonita, é porreira, é simpática, mas quando concordam consigo. Eu compreendo isso e tenho a impressão que o Senhor também não concordou com esta transferência de competências especificamente para a Junta de Freguesia de Quarteira e o seu volume, com o qual eu concordo, na verdade eu concordo, estou é preocupado com o uso de recursos que são escassos. Se nós somos um país com poucos recursos e é isso que me preocupa que não andemos só a pagar salários para promover a política do Partido Socialista, isso é que me preocupa. Eu sei que o Senhor não vê com bons olhos a transferência de competências e do grande investimento no litoral e, nomeadamente, na Freguesia de Quarteira, tem alguns receios a nível político interno no seu Partido e eu compreendo isso, mas não partilho naturalmente. A política e a democracia têm objetivos concretos que é aprofundar o conhecimento das populações e o desenvolvimento da gestão pública, é isso que fazemos, é este trabalho que é importante nesta Assembleia, Senhor Deputado.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, para dizer que é um momento histórico, é uma honra pertencer à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Junta de Freguesia neste momento porque é um trabalho muito importante para aquilo que se vai fazer, há um investimento muito grande nas pessoas, é preciso termos consciência disso, há uma valorização daquilo que é ser Presidente de Junta, ainda mais, cada vez mais, uma responsabilidade grande, muito mais trabalho, mas valorizar aquilo que é ser Presidente de Junta e o trabalho que faz para a comunidade. É importante saber que os Presidentes tanto das Juntas como da Câmara irão ganhar com isto, mas é muito mais importante o que as pessoas vão ganhar, com toda a certeza. A proximidade, cria mais responsabilidade, mas também nos dá mais rapidez e no fundo capacidade para dar resposta às pessoas e estas áreas são muito importantes. Temos que perceber que isto são áreas que 60 a 70% das reclamações das pessoas incidem sobre os espaços verdes e a limpeza urbana. Depois dizer que isto é um investimento, atenção, não se confunda, porque quando estamos a falar de 2.500.000,00€ estamos a falar na sua maioria de despesas correntes, não desvalorizamos as despesas correntes como investimento. O investimento que foi feito na limpeza urbana não é de grandes obras, a Lei não contempla as grandes obras para a Junta de Freguesia, contempla a manutenção dos espaços, a gestão do espaço público, as respostas às pessoas, isso é investimento, isso é importante não falarmos em investimento quando falamos de milhões investidos em edifícios ou em grandes obras, isso foi um complemento que foi feito depois. A importância da manutenção do espaço público, a manutenção das escolas e das envolventes das escolas está aqui implícita nesta transferência de competências, mas se formos falar das grandes obras dos grandes jardins nos espaços verdes são feitas na mesma pelas Câmaras Municipais, não foram transferidas, portanto, a nossa área incide muitas vezes sobre as despesas correntes porque é a manutenção, são os serviços, são as pessoas que prestam estes serviços. E voltando a falar do trabalho em equipa que vamos fazendo com a Câmara Municipal que complementa com os contratos interadministrativos esses grandes investimentos em edifícios, em jardins e em espaço público não estando contemplado nas competências, mas estando aqui contemplados nos contratos interadministrativos. Portanto, dizer que é mesmo uma grande honra e assumir esta responsabilidade sabendo que vamos ter muito trabalho, que leva tempo até termos as equipas oliadas para fazer um trabalho como deve ser, mas com sentido de responsabilidade e de investimento nas pessoas.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder a algumas questões que foram colocadas, nomeadamente pelo Senhor Deputado Mário Botelho, que rigor é connosco, não se preocupe, e como o rigor é connosco digolhe claramente que as freguesias de São Clemente, Alte, Boliquireme e São Sebastião neste momento já têm trabalho bastante avançado, além de Quarteira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para a transferência de competências. A União de Freguesias teve uma reunião marcada no dia 11 de dezembro e que a pedido da Senhora Presidente que pediu que a mesma fosse adiada, vamos reagendá-la rapidamente para iniciarmos esse trabalho. As restantes freguesias Ameixial, Almancil e Salir também no início de janeiro iremos encetar porque queríamos completar e acabar este processo de transferência com Quarteira. Eu também quero dizer que é um orgulho pertencer a este Executivo que teve a visão e a coragem, e permitam-me dizer a coragem, de assumir que através das Juntas de Freguesias conseguimos fazer ainda mais e melhor trabalho para os nossos munícipes. Não houve aqui qualquer discriminação porque parece-me pelas palavras do Senhor Deputado Mário Botelho que estava a tentar dizer, portanto, está o mapa de trabalho bem definido nesta matéria, existe um grupo de trabalho que o Senhor Presidente criou e que eu estou a coordenar no sentido de acompanhar e ajudar a implementação das competências em todas as freguesias, é um grupo multidisciplinar, portanto, com bastante experiência nas diversas áreas que são transferidas. Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Martins que os contratos em vigor obviamente serão transferidos, aliás, foi lançado muito recentemente o novo concurso público para a limpeza urbana na Freguesia de Quarteira e nesse concurso já previa a transferências de competências a cessação da posição contratual para a Freguesia de Quarteira no âmbito da transferência de competências. O território, obviamente, que é todo o território da freguesia exceto aquele que está sobre a égide da Inframoura.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, agradecendo o esclarecimento do Senhor Vereador Carlos Carmo só que agradecia que nos indicasse a este Plenário quando é que encetou as negociações com as freguesias do interior concretamente em relação a esta questão de delegação de competências.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder ao Senhor Deputado Mário Botelho, dizendo que este trabalho da transferência de competências não começou hoje, nem começou este mês, está a culminar este mês com o primeiro passo com a Junta de Freguesia de Quarteira. Há largos meses que o Senhor Vice-Presidente Pedro Pimpão, com alguns elementos da sua equipa mais direta que trata com as freguesias, tem vindo a ter reuniões sobre esta matéria e permitam-me a expressão a desbravar algum caminho no sentido de se desenhar aquilo que são as linhas mestras dos acordos de transferência de competências que está previsto na Lei. Portanto, não lhe consigo precisar se foi no dia x ou y do mês a ou do mês b, todas as Juntas de Freguesia já tiveram uma reunião sobre esta matéria e agora estamos a avançar com cada uma delas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

questões concretas. Portanto, Senhor Deputado, esteja tranquilo os Senhores Presidentes de Junta estão tranquilos porque todos eles terão as transferências de competências pelas quais irão pedir, irão dizer ao Executivo aquelas que querem receber no âmbito do decreto-lei 56/2019 de abril do ano passado.-----

Pedi para intervir o Senhor **Mário Botelho (PSD)**, para esclarecer que alguma coisa está a correr mal porque os Senhores Presidentes de Junta quer de Salir, quer da União de Freguesias não têm nenhuma comunicação com nenhum membro da Câmara Municipal de Loulé e acontece que a Câmara neste momento está a violar o artigo 125 da Lei 75/2013 que é o princípio da não discriminação e da igualdade entre as freguesias. Neste momento existe preterição de algumas freguesias em relação a outras. Por essa coisa, penso que o Senhor não conseguiu contradizer aquilo que eu disse, existe claramente uma intenção clara de iniciar contactos com algumas freguesias em detrimento de outras e esta é que é a verdade que está aqui em cima da mesa.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, respondendo ao Senhor Deputado Mário Botelho, que muito recentemente falámos com o Senhor Presidente da Junta para celebrarmos um contrato interadministrativo para executarmos 2 obras, infelizmente não chegamos a acordo, mas falámos. Temos colaborado noutras áreas, portanto, não invente problemas onde eles não existem. Nós temos uma relação igual com todas as freguesias. Não vale a pena, o senhor, mais uma vez tentar desacreditar o trabalho que a Câmara Municipal faz, de diálogo com todas as suas Juntas, diálogo institucional correto, colaborando com todos, não discriminando ninguém. O tempo da discriminação dos nossos e dos outros, esse tempo já ficou para trás há uns anos e esperemos que não regresse tão cedo.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, voltando a dizer que no dia 11 de dezembro, e está aqui a Senhora Presidente da União de Freguesias que pode confirmar isso, tinha uma reunião marcada com o Senhor Vice-Presidente sobre essa matéria e pela questão, penso eu, posso errar aí, da entrega de cabazes que estava a acontecer na sua Freguesia a reunião foi desmarcada. Portanto, pelo acenar de cabeça da Senhora Presidente da União de Freguesias, está a ver, Senhor Deputado, nós não discriminamos, fazemos o trabalho criterioso e estava agendado porque nessa altura iríamos pôr em cima da mesa a nossa proposta e ouvir a União de Freguesias, como vai acontecer com todas. E eu referi Ameixial, Almancil e Salir ainda não fizemos esse passo que irá ser feito já em janeiro. Portanto, esteja tranquilo que não há qualquer discriminação com ninguém. Iremos fazer este processo de transferência de competências para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Juntas de Freguesia como assim se exige e como é a nossa matriz ideológica fazer.-----

Pedi para intervir o Senhor **Mário Botelho (PSD)**, agradecendo a honestidade ao Senhor Vereador e confirmar o que nós dissemos. Neste momento a Câmara Municipal de Loulé não tem contactos com a União de Freguesias, Salir e Ameixial pelas razões que o Senhor explicou ou por cabazes de Natal ou por outra questão de agenda. Neste momento não existem reuniões agendadas para a transferência de competências com a União de Freguesias, Salir e Ameixial.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, desejando um bom Ano Novo e o melhor que for possível. A questão das Juntas de Freguesia, independentemente de se discutir as transferências e os valores o que é importante é dar à função de Presidente da Junta de Freguesia, perante o seu eleitorado, um papel que responda às necessidades das pessoas. Nós há 20 anos, em 1992, encontramos uma situação de que os Senhores Presidentes das Juntas eram eleitos e praticamente não podiam, nem tinham a possibilidade fazer nada. É a sua imagem perante o eleitorado perdia-se, era uma falha para a democracia e especialmente para a democracia local, para os construtores da democracia que são realmente as Juntas e as Câmaras, independentemente de discutirmos os valores. O que é importante é valorizar a função do Presidente da Junta dando-lhe condições para que eles correspondam perante os eleitores que lhes vão diariamente apresentar situações e que não vão à Câmara apresentar essas situações. Portanto, a discussão é importante, os valores são importantes, todo esse trabalho é importante, mas o mais importante é que o eleitorado perceba que a Junta de Freguesia tem uma função, que o Senhor Presidente e os seus membros da Assembleia da Freguesia, os dirigentes da Freguesia são úteis para conseguir coisas para a sua Freguesia. Era este lado da questão que eu gostava que nunca esquecessem.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, dizendo que esta discussão já parece daquela da aprovação no final do ano e porquê, porque em boa verdade este processo iniciou-se há mais de um ano com um grupo constituído por Presidentes de Junta e a Câmara para discutir valores, critérios, etc., o Senhor Vice-Presidente a partir de junho começou a enviar documentos para todas as Juntas onde tinham uma matriz para nós analisarmos e para dizermos se queríamos ou não aquelas competências, quais queríamos, quais não queríamos, e a partir de quando, e a partir de setembro, outubro, começaram então a marcar reuniões com todas as Juntas, que eu sei, sei que Alte e Quarteira foram as que mais pressionaram porque são as que querem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

todas as competências desde o início, há outras Juntas nomeadamente algumas daquelas de que o Senhor Deputado Mário Botelho falou não se mostraram tão interessadas em si a receberem todas as competências e se calhar nem alguma, e dependente também do interesse e da pressão que nós vamos pondo na situação, obviamente que as coisas podem avançar mais depressa ou mais devagar. Devo dizer *mea culpa* se a questão de Alte neste momento está ligeiramente atrasada em relação a Quarteira é porque nós demoramos um bocadinho mais de tempo a fazermos as contas, a avaliar as condições e temos o documento praticamente pronto para discutir com a Câmara Municipal, só ainda não agendamos nós essa reunião, portanto, a bola está do nosso lado.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, como o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia António Martins diz nós refere-se ao Executivo, refere-se a algum grupo de trabalho que tem esta atribuição da delegação de competências ou refere-se como Presidente da Junta de Freguesia? Quando diz nós tentamos negociar, tentamos fazer agendamento de calendários, de reuniões, será nós Executivo ou o Senhor pertence a alguma Comissão que está a tratar deste assunto?-----

Respondeu o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, nós Presidentes de Junta e nós Executivo camarário.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial (José Carrusca)** e Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, dizendo que o Senhor Deputado Mário Botelho não deve saber aquilo que está a dizer mais uma vez, deve estar mal informado. O que o Deputado António Martins disse é tudo correto, as negociações começaram há cerca de 1 ano em que os Presidentes de 2 das Juntas de Freguesia, inclusive, o Senhor Deodato e a Senhora Margarida, e foi as reuniões que estivemos presentes e foi em duas reuniões. Depois nunca mais teve algumas reuniões porquê? Porque começou a pandemia, mas ultimamente tem vindo à baila haver uma reunião da Câmara Municipal de Loulé com as Autarquias. Sei que os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alte e de Quarteira, que foram os mais inteligentes nesta matéria, gostariam de ser os primeiros a avançar, daí esta situação. Agora houve reuniões, Senhor Mário Botelho, com os Presidentes das Freguesias do interior, inclusive do Ameixial, Querença ou União de Freguesias e Salir, com elas todas, em que tivemos 2 reuniões presentes, está a ver Senhor Mário Botelho, informe-se primeiro antes de falar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Salir (Deodato João)**, para esclarecer esta situação e para colocar um bocado de água na fervura e dizer que não é de 2020 que começamos estas reuniões, estas reuniões começaram em 2013, começaram muito antes dos colegas das Juntas de Freguesia estarem a exercer as suas funções. Portanto, em 2013 foi quando surgiu a Lei 75/2013 foi quando começamos a debater as competências inicialmente através de alguns seminários que tiveram lugar na CCDR e, posteriormente, na Câmara Municipal de Loulé. Até mesmo com o Senhor Presidente da Assembleia, na altura com outras funções a exercer no Executivo da Câmara, nós tivemos várias reuniões sobre esta matéria onde nos foi apresentado os custos que cada Freguesia tem no seu território em termos de espaços verdes, salubridade, as funcionárias que estão afetos às Freguesias, os custos que estas funcionárias têm em termos salariais na Câmara e que, eventualmente, as Juntas de Freguesia poderiam perfeitamente ficar com estas funcionárias ou com os valores afetos a estas funcionárias. Os metros quadrados dos espaços verdes que temos trabalhado também neste mandato, com este Executivo temos feito já esse trabalho como o colega José Carrusca disse e bem, portanto, falta agora sentarmos à mesa das negociações efetivamente e chegarmos a acordos em termos daquilo que cada Junta de Freguesia acha que deve aceitar. A Junta de Freguesia de Salir aceita tudo o que diz respeito a espaços verdes, mobiliário urbano e salubridade, portanto, porque são áreas que ela já executa no terreno, nós no terreno já fazemos a substituição de mobiliário urbano com capitais próprios da Junta da Freguesia, já contratamos pessoal para colmatar o défice que temos em termos de varredores urbanos, temos funcionários na Junta de Freguesia que no ano passado fizemos já o procedimento concursal e os espaços verdes é uma área que nós tentamos ter a nossa Freguesia cuidada, limpa e que já executamos, portanto, é com agrado e muito serenamente que nós aguardamos sentarmo-nos à mesa e chegarmos a um acordo que eu espero que certamente chegaremos. É claro que já não será no meu mandato que essas competências serão executadas porque pelo que estou a ver com a Junta de Freguesia de Quarteira terá início em 2022, portanto, queria aqui congratular também o colega da Junta de Freguesia de Quarteira ter chegado a acordo e hoje estamos aqui a celebrar e a aprovar esta delegação de competências e ele também membro da ANAP certamente irá interceder para que as outras Juntas de Freguesias tenham a mesma negociação que Quarteira teve.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, questionando se esta transferência de competências implica ao dever da transferência dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

funcionários das instalações da Câmara para a Junta de Freguesia.-----

Respondeu o Senhor Vereador Carlos Carmo, sim, pressupõe, estamos neste momento já em negociação com os funcionários que estão já identificados para serem transferidos para a Freguesia de Quarteira, assim eles aceitem.-----

Passou-se à votação;-----

g)- Proposta 61/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1785-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

Pediu para intervir o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), para apresentar uma declaração de voto. Declaração de voto transferência de competências para a Junta de Freguesia de Quarteira. Os Deputados da Assembleia Municipal de Loulé eleitos pela lista do Partido Socialista, PS, vem nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8, n.º 2, da alínea j) do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé fazer constar da ata da Sessão Ordinária realizada hoje, dia 29 de dezembro, a sua declaração de voto favorável à proposta do acordo de transferência de recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira nos seguintes termos: o acordo de transferência de competências agora alcançado representa um marco histórico na cooperação entre a Câmara Municipal de Loulé e a Junta de Freguesia de Quarteira, que neste caso por ser o primeiro acordo de transferência de recursos que se vai materializar, assume um significado que não pode ser ignorado. Por isso, o grupo do PS congratula-se e aplaude com os termos do acordo alcançados, no qual resulta de um grande aprofundamento da cooperação institucional entre os órgãos autárquicos atrás referidos. Realce-se que nesta matéria o objetivo da Câmara Municipal de Loulé é que fundamenta relações de cooperação institucional com todas as Freguesias que assim também o pretendem, no respeito pelos princípios da igualdade, da não discriminação como, aliás, é apanágio deste Executivo. A cooperação institucional foi iniciada em 1992 com o primeiro contrato-programa celebrado com a Junta de Freguesia de Salir, era o Presidente da Câmara Joaquim Vairinhos, era Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Júlio de Sousa, apenas para pequenas obras há muito desejadas pelas populações. Percebe-se colhidas as vantagens do acordo de colaboração na forma da delegação de competências, estendeu-se no ano seguinte a todas as Juntas de Freguesia do concelho. Finalmente, e no caso em concreto este ano, a cooperação institucional entre a Câmara Municipal de Loulé e as Freguesias do concelho vai-se alargar e assumir as seguintes duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

formas, de acordo com a Lei, transferência de competências e contratos interadministrativos, alguns já celebrados e que daqui possamos dar apoio nesta Câmara e nesta Assembleia Municipal. O resultado positivo será para os nossos concidadãos. Com este formato de cooperação concretiza-se em todas as freguesias ganha toda a gente e também ganham as autarquias.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, quis deixar registado aqui o reconhecimento ao caminho que Joaquim Vairinhos e Júlio Sousa iniciaram em 1991. Joaquim Vairinhos é hoje membro desta Assembleia e, portanto, tenho a certeza que ele estará muito feliz com o que esta Assembleia acabou de aprovar. Cumprimentá-lo porque isto é seguir um caminho que ele abriu e, portanto, deixar este registo e deixar-lhe também do meu ponto de vista pessoal uma felicitação e um agradecimento porque ele permitiu, de facto, aprofundar a democracia ou os ganhos que a democracia trouxe neste concelho. Deixar também aqui registado um agradecimento ao cidadão Júlio Sousa que foi percursor nessa altura também com o Joaquim Vairinhos disso e deixar também uma mensagem de grande confiança na concretização deste acordo que acabamos de aprovar aos Presidentes da Câmara e da Junta que hoje chegaram a entendimento, outros haverá com certeza, mas estes é que estão e estão de parabéns por isso, e dizer-vos que, já enquanto cidadão, a minha convicção é que o grande desafio que virá será para quem for Presidente da Câmara e Presidente de Junta quando este acordo estiver a produzir efeitos, a sua concretização será um desafio enorme, mas também para os membros dos órgãos da Freguesia e dos órgãos municipais fica o desafio de ajudar a fazer este caminho seja também reconhecido pelos cidadãos e por todos nós no futuro. Eu pessoalmente penso que este é um dos momentos mais importantes que eu participo nesta Assembleia e, portanto, queria partilhar convosco esta mensagem.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

h)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que chegamos ao final de mais um ano, mais um exercício económico, mais um ano de trabalho deste Executivo e vemos que será a altura de fazer um balanço do que é que tem sido o mandato ao longo destes 7 anos, ou 6 anos de trabalho, que este Executivo tem feito. Após a análise da informação escrita, fizemos uma pequena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comparação entre o que foi arrecadado, o que é que foi gasto e como é que foi gasto e chegamos à conclusão que em termos de arrecadação de impostos e fazendo uma comparação entre os 6 anos do anterior Executivo e 6 anos do atual Executivo e verificamos que em termos de arrecadação de impostos entre 2008 e 2013 o anterior Executivo arrecadou 327.000.000,00€ quando comparado com entre 2014 e 2019 o atual Executivo arrecadou 418.000.000,00€ que significa mais 90.000.000,00€ que o anterior Executivo durante o período de 2008 a 2013. Arrecadou mais 27,5% de receita só em impostos diretos e indiretos. Em receitas correntes basta dizer que quando comparado com o mesmo período, o Executivo anterior arrecadou 492.000.000,00€, este Executivo em receitas correntes arrecadou 621.000.000,00€, verificamos que as receitas correntes no mesmo período de 6 anos, entre o Executivo Social Democrata e o Partido Socialista há uma arrecadação de 198.000.000,00€ para além daquele período entre 2008 e 2013 do anterior Executivo. Temos uma arrecadação de impostos maior, temos uma arrecadação de receita maior. Relativamente às despesas correntes e às despesas de capital, o que temos é que no mesmo período de 5, 6 anos entre 2008 e 2013, entre 2014 e 2019, concretamente entre o período do Partido Social Democrata e o período do Partido Socialista o que temos é que as despesas de investimento de capital e quando isolamos o investimento o que temos é que um investimento entre 2008 e 2013 na ordem dos 157.000.000,00€ quando comparamos com o período liderado pelo Partido Socialista temos um investimento na ordem dos 105.000.000,00€, temos um desinvestimento na ordem dos 52.000.000,00€ a menos em relação ao mesmo período. Não se esqueçam que o período entre 2009 e 2012 foi um período difficilíssimo no período da Troika e não obstante isso o período do Executivo liderado pelo Doutor Seruca Emídio, moderado pelo Partido Social Democrata, teve um investimento na ordem dos 152.000.000,00€. Concretamente as despesas de capital que permitem um maior desenvolvimento do Município quando comparamos o mesmo período o Partido Social Democrata investiu 220.000.000,00€, quando pegamos no investimento das despesas de capital do Partido Socialista durante esse mesmo período o que verificamos é que temos uma redução de 44.000.000,00€ quando comparados com o mesmo período 6 anos de um Executivo Social Democrata com um Executivo Socialista. O que vemos é que não obstante a dificuldade que tivemos entre 2011 e 2013 o facto é que tendo arrecadado menos receita, menos 27,6% de receita e menos 90.000.000,00€ a obra foi feita a nível de Educação em 25 equipamentos escolares, nomeadamente novas escolas, Escola E. B. 1 de Loulé, Escola E. B. 1 de Quarteira, Escola E. B. n.º 4 de Quarteira, Escola Profissional de Alte, Centro Infantil de Alte, Pré-escolar de Mira Serra, Pré-escolar de Quarteira, Pré-escolar de Almancil, Pré-escolar de Salir, E. B. 1 de Loulé, J. 1 de Almancil. Ampliação de novas escolas, ampliação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

E. B. 1 n.º 3 de Loulé, Escola E. B. 1 Meio de Sobreiro, Loulé, E. B. 1 n.º 4 de Loulé, E. B. 1 da Estação, E. B. 1. São Lourenço, E. B. 1 de Tôr, E. B. 1 de Vale Judeu, E. B. 1 de Gilvasino, E. B. 1 de Benafim, E. B. 1 de São João da Venda. A minha pergunta é, quantas escolas concluiu este Executivo durante 6 anos? Zero, zero escolas, isto demonstra claramente a política de desinvestimento deste Executivo passado 6 anos, não obstante o enorme volume de receita corrente, não consegue ter despesa de capital necessária para dinamizar este Município e claramente o que vemos aqui é que mais de 6 anos decorridos, mais 1 ano se está a passar, este ano há a desculpa obviamente da pandemia, temos um orçamento falacioso que vemos que a média de investimento na despesa de capital ronda os 24.000.000,00€ quando na altura do Executivo Social Democrata rondava os 45.000.000,00€ e este ano temos por incrível que pareça uma despesa de capital na ordem dos 101.000.000,00€. Só pode enganar quem não quiser ver.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que a atividade camarária está bastante bem explicada ao longo do extenso documento e bem pormenorizado, dá para as pessoas lerem em casa com tempo e vagar e fazer as suas deduções. No entanto, em relação à situação financeira da Câmara que eu considero realmente ótima e como nós aprovamos o orçamento ontem e este assunto era para ser discutido antes para nós termos realmente uma base de partida para a discussão não o foi, habilmente foi trocado na ordem de trabalhos e restou para hoje. Aquilo que eu queria referir é que num orçamento de 160.000.000,00€ previsto para este ano, a Câmara conseguiu arrecadar uma receita de 95.500.000,00€, quer dizer taxa de execução 59,68%. Em termos do orçamento da despesa conseguiu executar uma taxa de 106.600.000,00€, ou seja, uma taxa orçamental de 62,9%, comparativamente aos anos anteriores trata-se de uma boa execução já de obra, mas uma fraca execução em termos do que estava previsto. Continuamos a ver que os impostos diretos continuam a subir, ainda que ligeiramente, apesar do período de pandemia que assistimos desde março, que o IMI tem uma ligeira baixa, que o IMT contrariamente aquilo que se previa continuamos a ter uma bela receita, 39.000.000,00€, mais 1.000.000,00€ do que o período homólogo do ano passado, que a Câmara neste momento tem uma dívida orçamental a médio-longo prazo, portanto, os empréstimos de 17.400.000,00€, atendendo com os 35.000.000,00€ que estão a pensar pedir já começamos a ficar num patamar um bocado elevado. Ainda temos uma boa base de disponibilidades financeiras que nos sustentam para compensar a perda de receitas, disponibilidades que temos na ordem dos 55.000.000,00€ que é ótimo. Nós consideramos que a Câmara tem todas as condições para trabalhar bem e melhor e desejamos que realmente assim o faça.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se às alíneas seguintes;-----

i)- **Informação relativa à 1ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZNQ)**, tomar conhecimento da Ata e Pareceres da Conferência Procedimental e da Ata da Reunião de Concertação com a CCDR Algarve- Abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do n.º1 do artigo 119.º, conjugado com o n.º3 do artigo 86.º, ambos do RJIGT;[Proposta da Câmara Municipal n.º 1676-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- **Informação relativa ao Programa de Ação para a Gestão da Crise Social e Económica do Município de Loulé- Novas Medidas de Apoio ao Comércio Local e Associativismo (PAGCSE)**:[Proposta da Câmara Municipal n.º 1763-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que aquilo que nós pensávamos que este documento como foi dado uma urgência tal para ser debatido na Assembleia Municipal, trata-se de um simples complemento às medidas que já foram tomadas pela Câmara no âmbito do apoio à crise social e económica e que se traduz, ao fim e ao cabo, em mais 75.000,00€, mais 34.000,00€, mais 60.000,00€, portanto medidas insignificantes. Nós realmente propusemos, quando foi tratado este assunto em outra Assembleia, que fosse criado um Fundo de Emergência Social que crie mecanismos de apoio estruturado e que responda aos tempos difíceis e ao aumento no apoio às micro e pequenas empresas de forma a permitir que consigam responder à crise e manter a sua atividade e postos de trabalho, empresas e empresários em nome individual.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para realçar que o Programa de Ação para a Gestão da Crise Social e Económica no pacote das 76 medidas que visam mitigar os efeitos provocados pela pandemia, prevê para o comércio a isenção de taxas para o espaço aéreo, público, outdoors, etc. No entanto o que se passa é que os comerciantes têm estado a receber as faturas relativas à publicidade no espaço público e relativas ao ano de 2020. Solicitava depois uma informação mais concreta sobre esta matéria, pois havia o entendimento que em 2020, dentro destas medidas, que não haveria o pagamento da publicidade, era esta a informação que eu queria.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dada esta época que vivemos, que não podemos ignorar, só podemos desejar que a pandemia seja dominada no próximo ano e com isso melhorar a vida de todos nós. E que seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um ano em que os políticos assumam o interesse nacional, mais ainda no nosso caso o interesse municipal, em vez de gastar energias nos insultos, no arranjar matéria que não resolve absolutamente nada. Eu peço desculpa por fazer esta crítica, mas não é a nossa forma de estar aqui no CDS de Loulé. Apenas, e eu acho que já disse uma vez, só por motivo pedagógico poderemos nós, criticar sim, mas ofender, nunca. Só cria inimizades e que a gente ponha todos um bocadinho de esforço para que possamos corrigir este defeito que nós humanos temos todos. Um Bom Ano para todos.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que depois deste horrível ano de 2020 com tanta privação, medo, ansiedade e delimitação dos afetos da nossa própria liberdade, é necessário acreditar que 2021 será muito melhor e que a vida vai voltar à normalidade. Vamos procurar todos entendermo-nos em 2021, não perder tempo com conversas inúteis, mas sim discutir o essencial, praticar a solidariedade e o respeito pela diferença. Faça votos de um bom ano de 2021 para todos.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que espera que o próximo ano seja tal como tem corrido este ano a nível de democraticidade desta instituição não obstante os diferendos que existem entre a forma de conduzir o Executivo Municipal, não obstante as nossas diferenças, não obstante as nossas emolações por vezes nas exposições creio que este ano foi um ano profícuo, um ano que todas as bancadas dos grupos municipais tiveram a oportunidade de expressar as suas ideias, as suas formas de ver a execução das condições dos dinheiros públicos e nesse sentido reitero novamente que o próximo ano seja dentro dos mesmos termos por parte do Partido Social Democrata faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para podermos em democraticidade, em democracia, debater com elevação todos os temas que são comuns a todos os municípios, comuns a todos os deputados, comuns a todos os membros do Executivo e desta Assembleia e nesse sentido, mais uma vez, expressar os votos de um feliz Ano Novo para todos vós.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, desejando votos de um melhor ano para 2021. Dirijo-me primeiro aos nossos concidadãos, aos nossos municípios. Esta casa da democracia local que é a Assembleia Municipal tem que transparecer aqui um efeito pedagógico, mais nobre, em matéria que é servir a política. E de maneira que é nesse sentido, motivação e esperança que continuamos imbuídos no espírito de irmos resolvendo os problemas. Internamente a questão aqui passa por nos concertarmos, palavras que foram ditas no entendimento, de elevação e nobreza darmos o melhor aos nossos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concidadãos. A todos um bom ano para 2021.

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que deixou os seus votos por escrito e que deseja o melhor para todos e que o próximo ano seja um ano completamente diferente deste e que tenhamos esperança que os problemas vão ser ultrapassados. Feliz Ano Novo para todos.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, em nome da Mesa da Assembleia também deixar uma mensagem de felicitação para todos, dizer que por regra estes finais de anos são momentos em que renovamos esperanças, renovamos projetos e pensamos sempre numa vida nova. Penso que pelo menos o que é a minha vida e imagino que a dos Senhores Deputados se calhar nunca esta esperança terá feito tanto sentido, pelo menos que o sentido desta esperança tivesse tão presente. Portanto, deixar-vos esta nota, esperamos que verdadeiramente o ano de 2021 dê razão e esteja à altura das esperanças que todos nós temos de que a nossa vida seja completamente diferente e retome a níveis de normalidade como os que tivemos no passado e aplica-se aquela frase que "já fomos felizes e não sabíamos." Dar-vos essa nota, de renovar essa esperança e dizer que em meu nome e da Mesa e que gostávamos muito de poder contar com todos os Senhores Deputados para que também aqui o funcionamento da Assembleia fosse ainda mais eficiente e mais eficaz e atrevo-me também a dizer mais cordato que não perdíamos nada se assim fosse. Bom Ano para todos com muita saúde e felicidade.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA